

1047079, 1071995

Redistribuição

ASSUNTO ADMINISTRATIVO -  
MULTA/APARTADO  
1111021 (Redistribuição Automática– origem:  
Procurador-Geral MPC)

**PROCURADORA SARA MEINBERG**Distribuição ordinária

APOSENTADORIA  
1030087, 1067964, 1099702

ATO RETIFICADOR DE PENSÃO  
1048206

PCTAS EXECUTIVO MUNICIPAL  
1071990

REFORMA  
1080409

REPRESENTAÇÃO  
1104873

Redistribuição

ASSUNTO ADMINISTRATIVO -  
MULTA/APARTADO  
1110998 (Redistribuição Automática– origem:  
Procurador-Geral MPC)

**PROCURADOR-GERAL – MPC**Distribuição ordinária

ASSUNTO ADMINISTRATIVO  
054/2022

Redistribuição ao Procurador-Geral  
Medidas cabíveis  
PCTAS EXECUTIVO MUNICIPAL  
1104112

**PORTARIA N. 11/2022/MPC/GABMC, de  
INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO  
PREPARATÓRIO N. 097.2021.599**

Considerando que tramita neste Ministério Público de Contas notícia de irregularidade, com a finalidade de apurar supostas irregularidades na contratação da AMERP – Associação Municipal Micro Região Médio Rio Pomba – pela Prefeitura Municipal de Pirapetinga/MG;

Considerando a existência de

empenhos, em favor da AMERP, no ano de 2021, sem indicação clara e precisa de sua respectiva origem;

Considerando a ausência de informações, no portal eletrônico da prefeitura municipal de Pirapetinga, acerca da contratação em questão, em desobediência à indispensável transparência dos atos do Poder Público;

Considerando a necessidade de complementar a apuração das irregularidades apresentadas e a imperiosidade de realização de outras diligências para que seja formado firme convencimento acerca das alegações dos autos;

Considerando as funções institucionais do Ministério Público, fixadas nos art. 129, VI, e 130 da Constituição Federal de 1988; art. 67, I, da Lei Complementar estadual n. 34/1994; art. 26, I, da Lei n. 8.625/1993 c/c art. 30 da Lei Complementar estadual n. 102/2008; e o disposto no art. 4º da Resolução MPC-MG n. 14/2019;

O Ministério Público de Contas resolve instaurar **PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO** n. 097.2021.599, para apurar a ocorrência dos indícios de irregularidades e colher elementos para identificação dos denunciados e do objeto, para fins de complementar a informação e documentação recebida.

Após a adoção das medidas necessárias à instauração do procedimento e cumprimento das diligências determinadas, determino que os autos retornem conclusos ao Gabinete desta Procuradora.

Publique-se no D.O.C.

Belo Horizonte, 24 de junho de 2022.

*(Assinado digitalmente)*

Maria Cecília Borges

Procuradora do Ministério Público / TCE-MG

As publicações oficiais do Tribunal de Contas do dia 31/07/2010 e anteriores estão disponíveis nas respectivas edições do jornal “Minas Gerais”.